

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA E PRÁTICAS DESCOLONIAIS: ESTRATÉGIAS DE LUTA GUARANI E KAIOWA PELO *TEKOHA* - MATO GROSSO DO SUL/BRASIL

RESISTANCE TERRITORIES AND DESCOLONIAL PRACTICES: STRUGGLES STRATEGIES OF THE GUARANI AND KAIOWA BY THE *TEKOHA* - MATO GROSSO DO SUL/BRAZIL

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Doutoranda em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente - Brasil

Bolsista Fapesp

jugeo@ymail.com

Resumo

Este artigo esboça os resultados preliminares obtidos no processo de construção da tese de doutoramento. O objetivo central é demonstrar as estratégias de luta Guarani e Kaiowá perante o Estado brasileiro para a demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados, denominados na língua guarani de *tekoha*. Tal prática tem sido efetivada por meio da formação de “acampamentos” de retomadas, que sob nossa ótica se constitui enquanto territórios de resistências e práticas descoloniais. As metodologias de análises dos resultados foram construídas por meio da observação participante e entrevistas.

Palavras-chave: Guarani e Kaiowá. “Acampamentos”. Descolonialidade. Reservas Indígenas. Mato Grosso do Sul.

Abstract

This paper outlines the preliminary results of the doctoral thesis. The aim of this paper is to demonstrate the struggle's strategies of the Guarani and Kaiowá against the Brazilian State, to achieve the demarcation of its occupied traditional territories, called *tekoha* in the guarani language. Such practice has been developed by the settlement of 'retaken camps', which in our view constitute as resistance territories and a decolonial practices. The results methodology of analysis were built by participative observation and interview.

Keywords: Guarani and Kaiowá. “Camps”. Decoloniality. Indigenous Reseves. Mato Grosso do Sul.

Nenhuma fórmula
para a contemporânea
expressão do mundo.
Ver com olhos livres.

Oswaldo de Andrade, Manifesto Antropófago, 1976.

A problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas; também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais.

João Pacheco de Oliveira, 1999.

Denominação etimológica

Os povos Guarani são falantes da língua guarani, pertencem ao tronco linguístico tupi-guarani com variações dialetais e etnico-culturais entre si. No Brasil encontram-se subdivididos em três subgrupos: Guarani Ñandeva, Guarani Kaiowa e Guarani Mby'a. Neste texto, a pesquisa é referente aos Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowa precariamente territorializados no estado de Mato Grosso do Sul, os quais se autodenominam Guarani e Kaiowa.

É importante considerar a história de contato entre os povos indígenas e desses com a sociedade colonial no âmbito das variações etimológicas na historiografia, de modo que as grafias sobre os povos Guarani podem ser encontradas das seguintes formas, por exemplo:

- Para os Guarani Ñandeva: Guarani-Ñandeva, Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani, Guarani e/ou Guarani (especificidade do estado de Mato Grosso do Sul);
- Para os Guarani Kaiowá: Pai-Tavyterã, Tembukuára, Kaiowa e/ou Kaiowa (ISA, 2010a; 2010b);
- Para os Guarani Mby'a: Mbya e/ou Guarani.

Para isso, no contexto da grafia etimológica, os termos nativos da língua guarani se encontram grafados em letra minúscula e itálico, e o grupo étnico em letra maiúscula.

Os Guarani contemporâneos vivem situações adversas de territorialização precária em países como a Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil (nos respectivos estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso do Sul).

Onde e como vivem

A delimitação do nosso recorte espaço-temporal de análise busca compreender as múltiplas formas de resistências dos povos Guarani e Kaiowá contemporâneos, precariamente territorializados¹ no estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil-Paraguai, os quais correspondem a segunda maior população indígena do Brasil, com aproximadamente 77.025 pessoas indígenas, segundo o Censo Indígena 2010 (IBGE, 2012). A maior população indígena do país está distribuída na área compreendida pela Amazônia Legal, com 183.514 pessoas, abrange populações que vivem nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Maranhão e Roraima.

Em Mato Grosso do Sul, a maior parte dos indígenas das etnias Guarani e Kaiowá vive em condição de Reserva. Criadas no início do século XX (Reserva Indígena de Dourados, Caarapó, Aldeia Limão Verde, Taquapery, Aldeia Porto Lindo, Sessoró, Pirajuí e Amambaí) pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre os anos de 1915 a 1928, essas Reservas tinham como objetivo *abrigar* os indígenas que estavam sendo expulsos de seus territórios étnicos ancestrais por projetos de colonização, elas fizeram parte de um ideário civilizatório de ocupação dos *espaços vazios* do interior brasileiro desconsiderando a grande presença indígena nesse estado (ver Mapa 1).

As Reservas criadas nesse contexto desempenharam a função, que se estende até os dias atuais, de restringir forçosamente a territorialidade indígena, uma imposição do Estado brasileiro a esses povos que passaram a viver segundo limites rígidos e circunscritos, ou seja, a condição de Reserva implicou, necessariamente, em uma territorialização precária².

A condição de Reserva rejeita a organização socioterritorial Guarani e Kaiowá, a qual se efetiva a partir de uma ampla territorialidade que abrange territórios étnicos conectados por meio de imbricadas redes de parentescos e alianças políticas. Essa dinâmica foi totalmente descaracterizada pela imposição do compartilhamento territorial

segundo um modo de vida similar ao não-indígena³ - *karai*, o que trouxe enormes consequências aos modos de vida desses povos e acarretou nos altos índices de violências nas reservas, por exemplo, altos índices de homicídios e suicídios, divulgados anualmente pelos “Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil” - Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Segundo o CIMI (2011), no período de 2003 a 2010, foram registradas no estado de Mato Grosso do Sul 250 ocorrências de homicídios, 190 ocorrências de tentativas de homicídios e 176 ocorrências de suicídios entre indígenas. Do total dessas ocorrências, 71% dos homicídios e 73% dos suicídios ocorreram em seis reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo elas: Reserva Indígena de Dourados, Caarapó, Aldeia Limão Verde, Taquapery, Aldeia Porto Lindo e Amambaí (CIMI, 2011).

Além dos altos índices de homicídios e suicídios, os Guarani e Kaiowá sofrem com os efeitos da exploração econômica de seus territórios étnicos ancestrais pelo agronegócio, sobretudo, pelos monocultivos de soja e cana-de-açúcar. Exemplo de tal gravidade é a expansão do setor sucroalcooleiro dentro de Terras Indígenas⁴ demarcadas ou em processo de demarcação, cujas atividades, paradoxalmente, incorporam cada vez mais grandes extensões de terra incentivada, apoiada e financiada pelo Governo Federal, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES⁵).

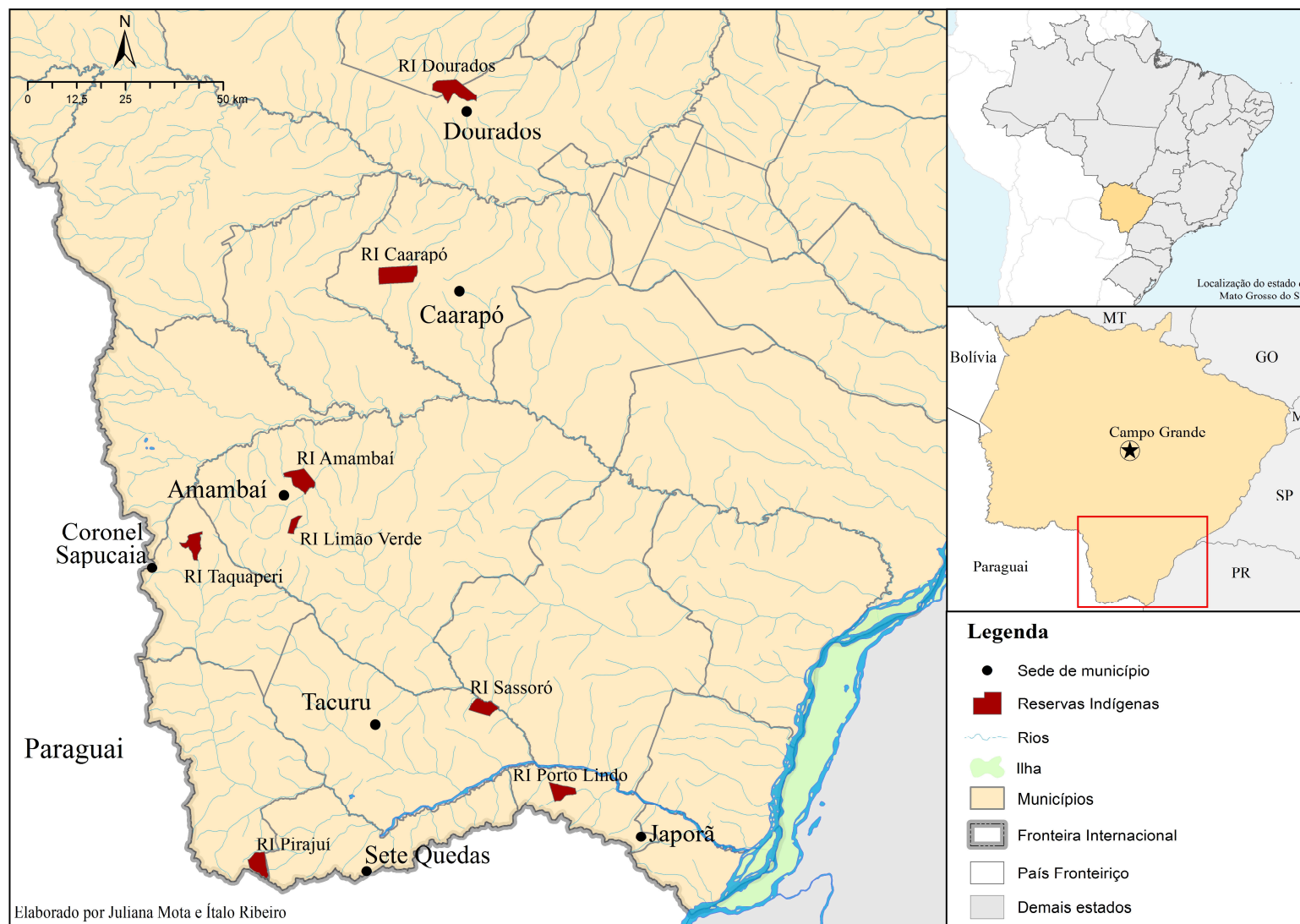
A expansão do agronegócio em territórios étnicos indígenas tem agravado as disputas que envolvem esses povos e não-indígenas (pequenos, médios e grandes produtores) em Mato Grosso do Sul. Atualmente, existem mais de 40 Terras Indígenas reivindicadas pelos povos Guarani e Kaiowá nesse estado, sendo que algumas dessas encontram-se amparadas por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - firmado em 2007 entre Ministério Público Federal (MPF/MS), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e indígenas, o que possibilitou a criação de seis Grupos Técnicos de Trabalho (GTs⁶) responsáveis pela demarcação dos territórios étnicos reivindicados.

A partir da criação do TAC, mas não somente por ele, tem ocorrido uma reação expressiva dos ruralistas contra a demarcação de Terras Indígenas em todo o Brasil. Manifestações contrárias aos processos demarcatório reverberam em amplos setores da sociedade brasileira, capitaneadas, principalmente, ao que se convencionou classificar como bancada ruralista, presente tanto nas esferas de poder federal, no Congresso Nacional, - atualmente alavancadas pela Senadora e proprietária rural Kátia Abreu

(atual ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do segundo mandato de governo da Presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) -, quanto no âmbito local, através da organização dos proprietários de terras em torno da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), por exemplo.

As pressões dos ruralistas contra a demarcação têm sido pautadas em emendas constitucionais para dificultar ou inviabilizar a demarcação de Terras Indígenas. Exemplo de tais ações é a Proposta de Emenda à Constituição PEC 215/2000⁷.

Mapa 1 - Localização das reservas indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul



Metodologia

Além de se constituir em parte dos resultados obtidos pela pesquisa de doutoramento, o presente artigo também é resultado de sete anos de vivência, pesquisa e constante diálogo com os Guarani e Kaiowá, principalmente junto as famílias que vivem no município de Dourados em uma territorialidade precária que se estende entre os “acampamentos” de retomadas, Reserva Indígena de Dourados, Terra Indígena Panambizinho e cidade de Dourados.

Por meio dos procedimentos metodológicos, fundamentalmente com a observação participante, entrevistas e produção de fontes orais é que vivenciamos, ouvimos e sentimos as histórias Guarani e Kaiowá. A observação participante como ferramenta metodológica importantíssima na antropologia moderna e, também para os geógrafos e geógrafas⁸, seu principal objetivo é o *mergulho* na vida dos outros, ao permitir que os outros também *mergulhem* em nossas vidas no processo de construção e resultados da pesquisa.

As entrevistas foram construídas como elemento complementar a observação participante, com a finalidade de contribuir na resolução de nossas inquietações sobre o não compreendido. No caso das entrevistas, vale ressaltar que elas foram se fazendo no processo de diálogo por meio de entrevistas abertas.

Com o gravador ligado é notório as inquietações das pessoas, o estranhamento, o medo de falar sobre o que já foi falado. Por isso optamos em torná-las informais, tratamos como um momento de “brincadeira” ao percorrer os seguintes caminhos: o momento da entrevista se deu como complemento da observação participante; e o momento de ligar o gravador é hora de contar histórias e, assim, todos interferiram nas narrativas a partir de uma discussão proposta pela comunidade e a pesquisadora.

A observação participante, entrevistas e a construção de fontes orais, permitiram a compreensão das tramas e dramas Guarani e Kaiowá no contexto de luta pelo *tekoha*, as múltiplas estratégias de resistência que para serem entendidas é necessário, “olhar junto com a gente e saber como é”, segundo a narrativa da liderança Kaiowá Antônia. Ainda, a colocação do historiador e geógrafo Jones Dari Goettert (2008) a partir de sua experiência e pesquisa com os migrantes gaúchos para o Mato Grosso, esclarece que a pesquisa não é um estado de curiosidade entomológica e, sim, que a pesquisa permite “*laborar* sobre

outras e outros. É *dar* compreensão e interpretação sobre discursos e palavras através de outros discursos e de outras palavras”.

Tekoha e ka'a:

Na historiografia e etnografia sobre os povos Guarani, a palavra nativa *tekoha* significa o lugar onde é possível reproduzir modos de ser e viver. O prefixo *teko* corresponde as normas, leis, costumes e tradições, é a singularidade do modo de vida Guarani e Kaiowá. O sufixo *ha* dá sentido de lugar onde o modo de vida é/ou pode ser realizado. Assim, pode-se dizer que *tekoha* é o lugar onde é possível a reprodução do modo de vida desses povos, de modo que é necessário considerar que sem *teko* não há *tekoha*, mas também, que sem *tekoha* não há *teko* (PEREIRA, 2004; MOTA, 2011). Isso significa que sem os territórios étnicos a reprodução da cultura é inviabilizada. E, neste aspecto, retomar *tekoha* é a possibilidade de reconstituição de um modo de vida similar aos preceitos de seus ancestrais, na língua guarani expresso pela palavra *tekoyma*.

Neste contexto, a compreensão de *tekoha* considera o modo de vida desses povos a partir de uma linguagem geográfica, da categoria analítica de território, ao compor os aspectos materiais e imateriais para a reprodução de um modo de ser e viver, compreendida em uma perspectiva integradora e multidimensional a partir da discussão de Rogério Haesbaert (2005, p. 6776) ao afirmar,

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” - “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

O território está intimamente relacionado ao poder, questão chave para o entendimento do território nos processos de T-D-R (territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização), pois “[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao

mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (DELEUZE *apud* HAESBAERT; GLAUCO, 2011, p.01).

Michel Foucault (2008) esclarece que toda relação social é uma relação de poder, constituindo-se em par indissociável. O poder é multidimensional, da escala do particular à escala do Estado nacional, o poder é ubíquo, de modo que sem relações de poder não há território.

Logo, só poderia ser, no máximo, e só pretende ser, no máximo, um início da teoria, não do que é o poder, mas do poder, contanto que se admita que o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não consigam - justamente o poder (2008, p. 04).

Assim, o processo de territorialização se faz envolvido em ‘teias’ de antigas territorialidades e nas relações de pertencimento que ligam os homens e as mulheres ao território de “origem”, expressa a multidimensionalidade do vivido territorial submerso nas relações de poder. Embora saibamos que nem toda territorialidade possui um território no sentido pleno de sua materialização, todo território tem uma territorialidade.

Pela expressão “territorialidade” - já que não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condições de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material) (HAESBAERT, 2009, p.106).

Exemplo de uma territorialidade sem território, no sentido concreto do termo, são as reivindicações de territórios pelos Guarani e Kaiowá por meio das retomadas de *tekoha*. Tal evidência é ilustrativa na narrativa do Kaiowá xamã⁹ Jorge (2009¹⁰), ao afirmar que “*tekoha* é o corpo do índio, sem ele a gente não vive”. É possível vislumbrarmos a problemática do território diante da atual precariedade em que vivem e pela necessidade de reivindicar a demarcação dos territórios étnicos-ancestrais perante o Estado brasileiro.

As lutas pelo retorno aos *tekoha* se dá na busca pelo *teko porã* (o modo correto de ser e viver), fundamentalmente por ser esse, como aponta Bartomeu Melià *et al*

(2008, p. 103), “[...] es ‘lo que está bien’ [...] um cuadro de virtudes, ante todo sociales, pero que rigen también lós comportamientos individuales [...]”.

A luta por território deve ser compreendida em um movimento reivindicatório político-ideológico apropriado pelos movimentos socioterritoriais indígenas e não indígenas, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse movimento tem práticas singulares na luta por território, como demonstra Bernardo Mançano Fernandes (2008, p.45),

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse [...] A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes - inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. [...]. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia.

No caso dos povos indígenas, em específico o movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowá pelo *tekoha*, a luta pelos territórios étnicos-ancestrais é pelo *teko porã*, na perspectiva de que o passado é **trunfo** na luta pelo território, componente das reivindicações pela demarcação dos territórios ancestrais perante a sociedade e o Estado brasileiro.

A luta dos Guarani e Kaiowá por seus territórios é composta por narrativas que corriqueiramente percorrem os seguintes repertórios: o modo de viver dos ancestrais marcado pelo *teko porã*; o (des)encontro com o *karai*; a “perda” do território; a imposição de viver em condição de Reserva, o *teko vai* (modo incorreto de viver); a necessidade de “retomar a cultura para retomar *tekoha*”¹¹...

Ao relatar as condições precárias em que se efetivam a reprodução das relações sociais e culturais dentro da Reserva, a liderança e xamã Kaiowá Jorge ressalta que “os brancos tomaram nossa terra... roubaram e tiraram a gente do nosso lugar, lugar que é antigo dos índios. Roubaram e enganaram os índios. [...] Viver na Reserva é diferente

do *tekoha*, é muito diferente... na Reserva não tem os *ka'a jará*, eles foram embora e ficou tudo no limpo”¹².

Ao falar sobre a diferença entre a vida no *tekoha* em comparação a condição de Reserva, ressalta a importância do *tekoha* advertindo que os *ka'a jará*, - donos do mato -, foram embora, processo esse que deve ser entendido com a intensificação do desmatamento no território Guarani e Kaiowá a partir da década de 1970¹³.

As lutas pelo retorno aos *tekoha* estão intrinsecamente relacionadas à multidimensionalidade dos homens e mulheres com a natureza (tendo em vista que entre muitos povos indígenas a relação humanidade e não humanidade não existe¹⁴), tais como os cursos d'água, a fauna, a flora e, juntamente a territorialidade construída com o mundo sobrenatural. Todavia é elucidativo que a relação com o mato - *ka'a* na língua guarani¹⁵ -, integra todas as dimensões sobre o que é ser Guarani e Kaiowá sobre a ótica desses povos. Aqui está um aspecto importantíssimo sobre seu modo de vida, o mato é a representação da biodiversidade. O Kaiowá Jorge diz “o Kaiowá é mato, vive do mato e lá vivem os jará [...] se não tem mato, os jará desaparecem”¹⁶. Nesse aspecto vale dizer que ocorre uma indissociação entre gente e natureza, humanidade e não humanidade¹⁷.

A luta pelo retorno ao *tekoha* é, também, uma luta indissociável ao retorno do mato, conseqüentemente dos deuses que nele vivem, como os *ka'a jará*. O mato é a possibilidade de viver bem - *teko porã* -, onde se encontra a terra boa e farta e estão os deuses que regulam o modo de vida desses povos, e que esses povos devem pedir permissão para caçar, coletar, plantar...¹⁸.

Podemos dizer que a luta pelo retorno ao *tekoha* tem na constituição de “acampamentos” de retomadas uma expressão de resistência e práticas descolonizadoras, pois contesta os processos de territorialização imposta nas reservas. E, do mesmo modo é um grito¹⁹ de resistência ao Estado colonialista brasileiro, o qual, em linhas gerais, foi um dos principais responsáveis pela atual situação em que vivem os Guarani e Kaiowá, ao promover a colonização não indígena em seus *tekoha* e, atualmente, não cumprir os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, garantidos atualmente pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 e Decreto 1.775 de oito de janeiro de 1996²⁰, ao entender que os territórios indígenas são de propriedade da união e de posse *inalienável* dos povos indígenas.

Apesar disso, o direito indígena sobre seus territórios tem sido historicamente desrespeitado. O princípio de direitos indígenas data do séc. XVII, na **lei da Carta Regia de 30 de julho de 1609** e, posteriormente, “O Alvará de 1º de abril de 1680, afirma que os índios são "primários e naturais senhores" de suas terras e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderá valer nas terras indígenas” (CUNHA, 1994, p.127).

É importante esclarecer que os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios étnicos-ancestrais nunca foram garantidos. A imposição de viver em condição de Reserva aos Guarani e Kaiowá se colocou, por um lado, enquanto uma prática colonizadora e, por outro lado, os “acampamentos” de retomadas se constituem enquanto territórios de resistências e práticas descoloniais ao percorrerem estratégias e lutas singulares para retomar *tekoha*.

“Acampamentos” constituídos na liminaridade

Acampamento-Acampar

Dicionário Aurélio:

[[De acampar + -mento] S.m. 1. Ato ou efeito de acampar(se). 2. Lugar onde se acampa; 3. Lugar de permanência provisória.

Lideranças Guarani-Kaiowá:

Acampamento é nosso lugar, nele está o *tekoha*; É coisa de sem-terra; Acampamento é o modo que temos para ficar no nosso *tekoha*; Não existe acampamento sem índio. É só o meio que temos para resgatar [sic] nosso *tekoha*.

Aqui apresentaremos algumas questões referente ao termo “acampamento” com a finalidade de colaborarmos para o entendimento da luta Guarani e Kaiowá pela retomada de seus *tekoha*. Em primeiro lugar, o conceito de “acampamento” é também utilizado pelos movimentos sociais camponeses (em suas múltiplas formas de sê-lo), como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1994; 1996) entende que os processos de espacialização e territorialização do MST em luta pela Reforma Agrária se dão em dois momentos distintos: i) o processo de espacialização do movimento ocorre com as ocupações de terras e manifestações; ii) a territorialização do movimento se efetiva por meio da criação de assentamentos pelo Estado brasileiro. Isso significa, na

perspectiva do autor, que o Estado é o agente de territorialização, ao desapropriar terras para fins de Reforma Agrária.

O autor constrói um referencial teórico importante, permite compreender “como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos [socioterritoriais]” (FERNANDES, 2005, p. 31). Os modos de organização política de homens e mulheres em luta pelo território se constituem na perspectiva de que esses movimentos têm o território como trunfo, como é a luta pela Reforma Agrária, no caso do MST.

Referente à luta dos povos indígenas utilizaremos “acampamento” com aspas. Sua utilização é para demonstrar a singularidade e especificidade da luta Guarani e Kaiowá por seus territórios étnicos-ancestrais. Para esses povos o lugar onde o “acampamento” é constituído alude para o significado do que seja *tekoha*, pois é consolidado em parte daquilo que corresponde aos territórios étnicos-ancestrais. Também é expresso pela palavra nativa *tekoharã*, que faz menção a um conjunto de práticas para reorganizar o *tekoha* em referência ao *teko porã*.

Vale ressaltar que a partir da década de 1970 há registros do surgimento desses “acampamentos”, os quais devem ser entendidos a partir da superpopulação nas reservas, da intensificação do desmatamento e da expulsão dos indígenas refugiados nos fundos das fazendas que são seus *tekoha* e passam a ser ocupados com pastagens e plantações. No estado de Mato Grosso do Sul há mais de 30 “acampamentos” indígenas, oito somente no município de Dourados, segundo maior do estado em termos populacionais, com uma população estimada em 196 mil habitantes, segundo o IBGE 2010 (2014).

A singularidade dos “acampamentos” indígenas se dá por localização nos territórios étnicos-ancestrais, raramente ocorrem de outra maneira que não a descrita. Nesse aspecto a liderança Kaiowá Zezinho, faleceu em 2012 vítima de atropelamento, esclarece que “os índios fazem retomadas, acampa no lugar que é dele [e de seus] antepassados²¹”. Ao dizer isso elucida a principal característica do movimento de reivindicação de direitos territoriais dos povos indígenas, o qual refrisamos, *o passado é o grande trunfo*. É o passado que garante aos indígenas direitos étnicos-territoriais.

A materialização do “acampamento” é uma liminaridade construída em referência entre os modos de vida dos ancestrais nos *tekoha*, ao fazerem isso contestam a atual precariedade em que vivem. Liminaridade enquanto *sinônimo de passagem*, ritos

de passagem que anunciam a mudança e a transformação necessária que se concretiza em um modo de vida que seja diferente daquele vivido nas reservas.

O conceito de liminaridade é discutido pelo antropólogo Victor W. Turner (1974) a partir de uma etnografia sobre as práticas ritualísticas entre os Ndembo, noroeste da Zâmbia/África Central, resultado de dois anos e meio vivendo entre esses povos. O autor é influenciado pelo pensamento do antropólogo Arnold Van Gennep em sua discussão sobre liminaridade, que “definiu os *rites de passage* como ritos que acompanham toda mudança de lugar”. Para ele, os ritos de passagem ou de transição compreende três momentos distintos, indissociáveis e complementares: separação (pré-liminar), margem (liminar) e agregação (pós-liminar).

Liminaridade representa o grau intermediário, pessoas que *não estão aqui e nem lá*, para os Guarani e Kaiowá em condição de “acampamento” e estão transitando entre o que foi, o que é e o que poderá ser construído e, nesse aspecto tem três grandes marcos em suas histórias-trajetórias: i - separação (pré-liminar) - a perda do território, processo de desterritorialização do *tekoha* e imposição à condição de reserva; ii - margem (liminar) - a formação-constituição do “acampamento”, sendo esse território de resistência e práticas descoloniais - movimento de re-territorialização imposta; iii - agregação (pós-liminar) e formação de *communitas* - a retomada de *tekoha* com a demarcação feita pelo Estado brasileiro.

Portanto, a condição de “acampamento”, o lugar em si é transitório, pois sua localização corresponde aos seus territórios étnicos-ancestrais. Por se localizarem no espaço geográfico que correspondente ao *tekoha*, resistem em sua permanência, que para a liderança Kaiowá Damiana - *tekoha Apika'y* - ocorre pelo seguinte modo: “não temos para onde ir, os brancos falam que o lugar [do indígena] é na reserva, [o] lugar do índio é aqui”²².

Fundamentalmente, a localização dos “acampamentos” demonstram ser uma estratégia político-reivindicatório de exercer vigilância sobre o *tekoha*, para o exercício de um tipo de controle, principalmente frente às transformações do território, das feições de sua paisagem, como esclarece a liderança Kaiowá Bonifácio ao trazer uma retórica que denuncia as mudanças da paisagem referente ao *tekoha Pacurity*,

O lugar que tinha cará [espécie de batata] não tem mais. Ali perto do córrego tinha um mato que os índios se escondia para pescar [...]. Agora a gente olha só vê cana. O lugar da vovó [está com] cana e o

branco joga veneno em tudo, passa por cima aqui do acampamento como um pássaro [avião de pulverização]”²³.

A localização dos “acampamentos” de retomadas é precária em diversos aspectos e os que se encontram nas margens das rodovias vivenciam uma maior vulnerabilidade em diversos aspectos, tais como: as pessoas vivem cotidianamente os preconceitos que ecoam das buzinas dos carros; exposição às tensões e violência recorrente dos pistoleiros; a falta de garantias mínimas de saúde, saneamento básico e alimentação; dificuldades de acesso a água potável; cercados por plantios de monocultivos de soja e cana-de-açúcar.

Nos “acampamentos” de retomadas às margens das rodovias, a recorrente prática de se “esconder” próximo e/ou embaixo das árvores, em um pedaço de sombra, atua como refúgio do calor assombroso debaixo do barraco de lona preta. Cobrir os barracos com sapé, quando é possível encontrá-lo, - devido à escassez de mata em decorrência do desmatamento, a partir da década de 1970 é intensificado com o modelo de produção agrário-agrícola do agronegócio -, pois não há como se refugiar dentro dos barracos cobertos por lonas pretas pelo calor exaustante (ver Painel Fotográfico 1 e 2).

Painel fotográfico 1 - Territórios de resistência Guarani e Kaiowá

“Acampamento” *tekoha Pacurity*



Fonte: Acervo pessoal de fotografias da pesquisadora, 2012; 2013.

Painel fotográfico 2 - Territórios de resistência Guarani e Kaiowá

“Acampamento” *tekoha Apika'y*



Fonte: Acervo pessoal de fotografias da pesquisadora, 2013.

Outro dado preocupante e importante ressaltar à situação dos “acampamentos” de retomada nas margens das rodovias são os altos índices de atropelamentos de indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Em 2012, a liderança Kaiowá Zezinho - *tekoha Laranjeira Nãnderu* - foi vítima de um acidente grave, atropelado por uma ambulância quando percorria de bicicleta o trecho rodoviário que liga o município de Rio Brillhante a Dourados. Após seis dias internado em Dourados, faleceu. De janeiro a março de 2014 ocorreram três atropelamentos com vítimas fatais nas margens do acampamento *Apika'y*, localizado no município de Dourados. Em nenhum deles houve prestação de socorro pelos condutores dos veículos.

Foto 1 - “Acampamento” *tekoha* Laranjeira Ñanderu.

Fonte: trabalho de campo da autora, 2009.

O retorno ao *tekoha* por meio de acampamentos tem sido uma importante estratégia de luta do movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowá e permite fazer a seguinte afirmação, os “acampamentos” se constituem na/pela liminaridade expressa uma situação de vida deslocada, marcada pela condição de ser estrangeiro em seu próprio território, ele está na fronteira entre o que era e o que é.

Nesse aspecto o acampamento é uma fronteira, um ponto transicional de resistência, ao abarcar relações entre passado, presente (e muitas vezes um passado-presente, como demonstra Homi K. Bhabha) e futuro. Estar no acampamento é transitar entre relações espaço-temporais de pertencimento ao *tekoha* a partir de quatro grandes marcos das histórias-trajetórias Guarani e Kaiowá:

- i - o *teko porã* vivido pelos ancestrais no *tekoha*;
- ii - o (des)encontro com o *karaí* e a imposição de novos modos de viver – a perda do território;

iii - a imposição em viverem em reservas criadas pelo SPI - representação do *teko vai* - e o modo de vida similar ao *karai*;

iv - os “acampamentos” de retomadas são produzidos por espaço-tempo liminares e se constituem em territórios de resistência e práticas descoloniais em oposição e enfrentamento à condição de reserva, intensifica as referências às relações de pertencimento vividos pelos ancestrais no *tekoha* e a necessidade de retomá-los via demarcação do Estado brasileiro.

“Acampamentos” de resistências e práticas descoloniais

Retomada-Retomar:

Dicionário Aurélio:

[De re- + tomar] S.f. Tomar novamente: reaver, recobrar, recuperar.

Retomada [De retomar + -ada] S.f. Ato ou efeito de retomar.

Lideranças Guarani-Kaiowa:

Retomar é reaver o que é nosso; Voltar para nosso *tekoha*; Retomar nossa vida antes da chegada dos brancos; Retomar é resgatar nossa cultura; Retomar é retornar ao nosso lugar se origem; Retomada é o jeito que índio faz a luta dele para retomar dos brancos o que é nosso, o que é do índio; Retomar é regatar [sic] o que é nosso...²⁴

O sentido da palavra retomada e/ou retomar, como sugere o próprio dicionário Aurélio (1999) e presente nas narrativas dos povos Guarani e Kaiowá, evidencia a identidade socioterritorial com os *tekoha*, a necessidade de retomar um lugar-território de “origem”, têm como objetivo a reconstrução de seus modos de ser e viver segundo os princípios dos ancestrais, expressa na língua guarani de *teko porã* em contraposição ao *teko vai*.

A condição de “acampamento” demonstra a atual precariedade em que vivem hoje, é a representação do *teko vai*. Porém, embora também se constitua enquanto território precário, o “acampamento” é a representação da liminaridade entre o *teko porã* e *teko vai*, ele é produzido no confronto entre esses dois modos de ser e viver Guarani e Kaiowá. E, principalmente, é a expressão da resistência, enfrentamento e práticas descoloniais em oposição a colonialidade do ser, poder e saber da sociedade moderna-colonial, - o agronegócio é uma das expressões dessa colonialidade, por exemplo.

Através de Walter D. Mignolo (2008, p.297) elencamos,

Ao ligar a descolonialidade com a identidade em política, a opção descolonial revela a identidade escondida sob a pretensão de teorias democráticas universais ao mesmo tempo em que constrói identidades racializadas que foram erigidas pela hegemonia das categorias de pensamento, histórias e experiências do ocidente (mais uma vez, fundamentos gregos e latinos de razão moderna/ imperial).

A opção pelos estudos descoloniais aponta para a necessidade de descolonizar o pensamento e trazer para o debate outras histórias-trajetórias que foram impedidas de serem narradas. O autor ainda considera que é a “[...] opção descolonial que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir” (p. 296).

Portanto, o sentido da palavra retomada é um meio de esclarecer que retomar *tekoha* é a condição primeira para a recriação do modo de ser e viver Guarani e Kaiowá. Ainda mais, que esse é o primeiro passo para retomar as práticas socioterritoriais vivida pelos ancestrais, segundo os ensinamentos de *ñanderuvussu* e/ou *ñandejará* (Deus Grande). Sua referência é primordial uma vez que representa o pai maior e/ou o primeiro “Deus”, o criador do mundo, sendo essa a exemplificação mais contundente da palavra guarani *ñande reko* - nosso modo de ser e viver.

Retomar é a esperança de construir e reconstituir as relações vividas pelos antigos no *tekoha*. Nesse processo, os Guarani e Kaiowá contam por meio de narrativas a história de contato com a sociedade colonial, - o encontro com o *karaí* -, o processo de desorganização social, o processo de esbulho de seus territórios...

Ao fazerem isso, buscam recordar as relações de pertencimento com os *tekoha* para que a identidade se recrie em referência ao modo de viver dos ancestrais por meio da experiência e das práticas cotidianas na condição de indígenas acampados. Ainda é importante dizer que os “acampamentos” são *territórios insurgentes* de contestação à territorialização precária que lhes foram impostas. Nesse movimento de luta entendem que o retorno aos seus territórios é a possibilidade futura de autonomia e exclusividade étnica e familiar nos *tekoha*.

Diante disso, os Guarani e Kaiowá entendem os “acampamentos” como territórios de resistência ao sistema colonial. Ao mesmo tempo, eles se manifestam contra o modo de vida nas reservas e buscam outras alternativas de reprodução de seu modo de vida. Nele, os princípios dos modos de ser e viver dos antigos é a possibilidade

de reconstrução de um modo de vida ideal - *teko porã* -, possível de ser reconstruído no *tekoha*. Essa condição marca o processo de **transição** entre viver as influências dos modos de vida imposto pelos *karai* (brancos) e a necessidade em retomar um modo de vida similar aos seus ancestrais. Nesse processo o “acampamento” se constitui enquanto território de passagem entre o *teko vai* para o *teko porã*.

Considerações

O movimento de luta Guarani e Kaiowa pelo *tekoha* tem como marco esse aspecto, a perda de um lugar de origem entendido como seu e que mesmo fora dele, vivido fora do lugar²⁵, ele permanece na memória e no sonho de retorno. É por meio da oralidade, expresso nas narrativas Guarani e Kaiowá, como por exemplo: “a necessidade de passar a cultura”; “passar os ensinamentos dos antigos”, lembrar e contar sobre o passado, a história de contato com os não-indígenas são antídotos ao silenciamento e esquecimento de saberes ancestrais.

É importante dizer que se por um lado a condição de reserva para os indígenas é uma prática colonial, por outro, o seu reverso, marcado no surgimento de “acampamentos” de retomadas, mesmo que territórios precários, é um ato descolonizador, um meio imprescindível de resistir ao apagamento de suas histórias, que nas palavras de uma liderança Kaiowá²⁶ “o acampamento é um lugar de estar lá colocando seus conhecimentos, seus saberes, suas técnicas... um lugar onde Kaiowá Guarani podem começar a vida de novo”.

Nesse aspecto é importante dizer que: sem *teko* não há *tekoha* e sem *tekoha* não há *teko*, assim, o “acampamento” de retomada é um território privilegiado de construção/recriação de *tekoha*, pois é nele que o *teko* passa a ser novamente construído em referência e proximidade ao modo de vida dos ancestrais. Portanto, a construção de futuro dos povos Guarani e Kaiowá passa pelos laços simbólicos com o passado e como ele é reconstruído nas práticas do presente. A seguinte frase proferida por uma liderança e professor Kaiowá²⁷, demonstra a importância de entendermos os “acampamentos” como territórios de resistência e práticas descolônias... sobretudo, territórios de esperança.

[...]. Depois de perder nosso *tekoha* os fazendeiros e pistoleiros deles tomaram nosso lugar, a gente ficou deslocado, que quer dizer perdido (eu aprendi isso na universidade). [...]. Eu acho o seguinte, o acampamento é a forma que os índios, sem saberem o que estavam fazendo, encontraram para retomar uma terra que os brancos tomaram [...]. Nós nunca [entendemos como acampamento]. Mas é uma forma de resistência nossa, do nosso povo Guarani Kaiowa [...].

Notas

¹ Os Guarani e Kaiowá associam e contam por meio de narrativas o processo de desterritorialização de seus territórios tradicionalmente ocupados para a territorialização precária nas reservas e “acampamentos” de retomadas. Sendo estes, territórios que impossibilitam a recriação de seus modos de ser e viver.

² Para maiores informações ver Juliana Grasiéli Bueno Mota (2011).

³ Ver Mota (2011).

⁴ Terra indígena é um conceito jurídico criado pela Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, no Art. 19, sendo um dispositivo administrativo para demarcação de territórios étnicos reivindicados pelos indígenas. Atualmente, o direito indígena sobre seus territórios é garantido pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, no Art. 231 e regulamentada pelo Decreto 1775 de 08 de janeiro de 1996.

⁵ Indicamos a matéria realizada pelo Repórter Brasil disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>>.

⁶ Segundo Cavalcante (2013, p.293) “os GT’s ficam incumbidos de comprovar não só a tradicionalidade da ocupação, mas também o esbulho sofrido pelos indígenas, além de apresentarem dados históricos sobre a ocupação não indígena, o que amplia significativamente o trabalho em comparação às identificações mais antigas feitas em regiões onde a presença não indígena era menos significativa. Diante disso, havia a necessidade de se criar mais de um GT e o critério adotado pela FUNAI foi a divisão por sub-bacias hidrográficas. Assim, foram constituídos seis GT’s, quais sejam: *Amambaipegua*, *Apapegua*, *Brilhantepegua*, *Dourados-Amambaipegua*, *Iguatemipegua* e *Nhandevapegua*. *Pegua* é uma terminação que na língua guarani indica procedência de, então os nomes atribuídos aos GT’s estão relacionados à procedência de uma região delimitada pelas sub-bacias hidrográficas que a banha. Exceção nesse contexto para o caso do GT *Nhandevapegua* que está na sub-bacia do Rio Iguatemi. Neste caso, foi adotado o critério étnico para a criação do grupo. Como os outros GT’s lidam, majoritariamente, com os Kaiowá, este foi destinado aos Guarani que estão mais concentrados naquela região”.

⁷ I - Proposição de mudanças na constituição: Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional de nº 215, de 2000, apresentada por parlamentares, tendo à frente o Deputado Almir Sá, na qual sugere que: 1. Se acrescente ao art. 49 da Constituição Federal, o inciso, renumerando-se os demais, com o seguinte teor: Art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (novo inciso) – aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas; 2. Se altere a redação do § 4º do art. 231 da Constituição Federal e acrescente um oitavo parágrafo neste mesmo art. 231 da CF, de forma a passar a vigorar com as seguintes redações: “§ 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”; “§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas indígenas deverão ser regulamentados por lei” (BRASIL/PEC 215).

⁸ Ver os seguintes textos: “Em busca do lugar de Franz Boas na geografia cultural” (SEEMANN,2005); “A obra de Humboldt e sua provável influência sobre a antropologia de Franz Boas” (ALVES, 2005).

⁹ Segundo Levi Marques Pereira (2004, p. 228) O *xamã* em seu ofício desencadeia as forças vitais responsáveis pela reprodução dos diversos campos da existência; ação do *xamã* atual imita a ação criadora do primeiro criador – *Nanderuvussu* [...]” (grifo do autor).

¹⁰ Trabalho de campo da autora.

¹¹ Essa expressão é frequente entre as lideranças kaiowá o casal Jorge e Floriza durante os mais de sete anos de contato com sua família.

¹² Trabalho de campo. Entrevista realizada em 2009.

¹³ Ver Antonio Jacó Brand (1993;1997).

¹⁴ Ver Eduardo Viveiros de Castro (1996; 2004).

¹⁵ Na língua guarani *Ka'a* significa mato, mata, vegetação, folha e/ou erva. Também é importante a expressão *ka'agua* – aquele que veio do mato e/ou da erva, sendo parte indissociável da territorialidade Guarani e Kaiowá.

¹⁶ Trabalho de campo da autora.

¹⁷ No que concerne às relações humanas e às não humanas, Eduardo Viveiros de Castro (2004, p.227) considera a partir da etnografia amazônica, que: “A uma concepção indígena segundo a qual o modo como os seres humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo — deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos — é profundamente diferente do modo como esses seres vêem os humanos e se vêem a si mesmos”.

¹⁸ Ver Levi Marques Pereira (2004).

¹⁹ Expressão do Kaiowá Jorge ao falar sobre a necessidade de demarcação do *tekoha* pelo Estado brasileiro.

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>.

²¹ Essa narrativa se deu a partir de um diálogo com as lideranças do “acampamento” *tekoha Laranjeira Ñanderu*, no dia das crianças no ano de 2009. A liderança José de Almeida Barbosa, conhecido como Zezinho, explicava as diferenças entre as lutas indígenas e não indígenas, fazendo menção ao MST.

²² Trabalho de campo, 2014.

²³ Trabalho de campo. Entrevista realizada em março de 2013.

²⁴ Este tipo de narrativa perpassam as histórias-trajetórias destes povos em todo período em que a pesquisadora se relacionou com estes povos. As mesmas, como se encontra no texto, foram retiradas de entrevistas concedidas por lideranças, xamãs (*ñanderu e ñandesy*), crianças e jovens, durante os anos de 2007 a 2013.

²⁵ Expressão de Edward Said (2004).

²⁶ Trabalho de campo. Entrevista realizada em março de 2013.

²⁷ Trabalho de campo. Entrevista realizada em março de 2012.

Referências

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi / Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Porto Alegre, 1993.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) - PUC, Porto Alegre, 1997.

CAVALCANTE, Thiago Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. (Doutorado em História), Unesp, Assis, 2013.

Conselho Indigenista Missionário – CIMI. **As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul: e as resistências do bem viver por uma terra sem males** (dados 2003-2010), 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados**, v.8, n. 20, p. 121-136, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008. Versão impressa.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra**: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6, ano, p. 14-34, jan./jun de 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados: UFGD, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, **Anais**. 10, 2005, São Paulo. São Paulo: USP, 2005. p.6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. GLAUCO, Bruce. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/.../72>. Acesso em: 04 jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE 2010. **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE 2010. **Cidades - Mato Grosso do Sul/Dourados**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados>>. Acesso em 08 de mar.2014.

ISA, Instituto Socioambiental. **Sobre o nome dos povos**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/sobre-o-nome-dos-povos>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, George; GRÜNBERG, Friedl. **Los Paï Tavyterã:** etnografia guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: CEADUC – CEPAG, 2008.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a “ideia de América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CHR**. Salvador, v.21. n. 53, p. 239-252, mai./abr., 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá:** da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAID, Edward W. **Fora do lugar:** memórias de Edward W. Said. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TURNER, Victor W. **O processo ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Recebido em 27/05/2014. Aceito para publicação em 14/03/2015.
--